



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 05 de Julho de 2023.
Lei nº 661, de 09 de Abril de 2007.

Ano XVII

Nº 2618



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1961, DE 03 DE JULHO DE 2023.

“Autoriza a abertura de crédito especial por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício 2022 na forma que especifica e dá outras providências.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), visando à criação de dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	04 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde
Subunidade	07 - Hospital Municipal
Função	10 - Saúde
Subfunção	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos
Projeto/Atividade	2.328 - Manter as atividades do Hospital Municipal Monte Carmelo
Elemento	3.3.90.39.00.00 - Fontes de Recursos: 2710 - Transferência Especial dos Estados Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
	Valor: R\$ 150.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizada como fonte de recurso o *superávit* financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, observada a respectiva destinação de recursos conforme especificado abaixo:
I - Fonte de Recurso: 2710 - Transferência Especial dos Estados;
II - Total Geral: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 03 de julho de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1962, DE 03 DE JULHO DE 2023.

“Autoriza a abertura de crédito especial por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício 2022 na forma que especifica e dá outras providências.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), visando à criação de dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	02 - Prefeitura Municipal
Unidade	25 - Secretaria Municipal de Educação
Subunidade	03 - Departamento Educação
Função	12 - Educação
Subfunção	361 - Ensino Fundamental
Programa	4010 - Educação Básica com qualidade para todos
Projeto/Atividade	2.239 - Disponibilizar Transporte Escolar
Elemento	3.3.90.39.00.00 - Fontes de Recursos: 2571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
	Valor: R\$ 500.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizada como fonte de recurso o *superávit* financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, observada a respectiva destinação de recursos conforme especificado abaixo:

I - Fonte de Recursos: 2571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação;
II - Total Geral R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 03 de julho de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1963, DE 03 DE JULHO DE 2023.

“Autoriza a abertura de crédito especial por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício 2022 na forma que especifica e dá outras providências.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), visando à criação de dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	02 - Prefeitura Municipal
Unidade	25 - Secretaria Municipal de Educação
Subunidade	04 - Departamento Transporte Escolar
Função	12 - Educação
Subfunção	361 - Ensino Fundamental
Programa	4010 - Educação Básica com qualidade para todos
Projeto/Atividade	2.247 - Transporte Escolar
Elemento	3.3.90.39.00.00 - Fontes de Recursos: 2550 - Transferência do Salário - Educação Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
	Valor: R\$ 1.000.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizada como fonte de recurso o *superávit* financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, observada a respectiva destinação de recursos conforme especificado abaixo:

I - Fonte de Recurso: 2550 - Transferência do Salário-Educação;
II - Total Geral: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 03 de julho de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1964, DE 03 DE JULHO DE 2023.

“Autoriza a abertura de crédito especial por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício 2022 na forma que especifica e dá outras providências.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), visando à criação de dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	02 - Prefeitura Municipal		
Unidade	41 - Fundo Municipal de Assistência Social		
Subunidade	00 - Fundo Municipal de Assistência Social		
Função	08 - Assistência Social		
Subfunção	244 - Assistência Comunitária		
Programa	4015 - Proteção Social Integral ao Cidadão		
Projeto/Atividade	2359 - Concessão de Benefícios Assistenciais Eventuais		
Elemento	3.3.90.32.00.00 - Material, bem ou Serviços para Distribuição Gratuita	Fonte de Recursos: 2661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	Valor: R\$ 80.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizada como fonte de recurso o *superávit* financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, observada a respectiva destinação de recursos conforme especificado abaixo:

I - Fonte de Recursos: 2661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social;
II - Total Geral: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 03 de julho de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1965, DE 03 DE JULHO DE 2023.

“Autoriza a abertura de crédito especial na forma que especifica e dá outras providências.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), visando à criação de dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	04 - Fundo Municipal Saúde		
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde		
Subunidade	05 - Bloco de Vigilância		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos		
Projeto/Atividade	3.015 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes		
Elemento	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte de Recursos: 1621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Valor: R\$ 170.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, serão utilizadas como fonte de recursos a anulação parcial e/ou total do orçamento vigente conforme detalhado abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	04 - Fundo Municipal Saúde		
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde		
Subunidade	02 - Atenção Básica		
Função	10 - Saúde		

Subfunção	301 - Atenção Básica		
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos		
Projeto/Atividade	2.305 - Promoção à Atenção Básica em Saúde		
Elemento	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	Fonte de Recursos: 1621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Valor: R\$ 170.000,00

Art. 3º Fica autorizada a suplementação, se necessário, até o limite de 30% (trinta por cento) do crédito ora aberto e incorporado ao orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 03 de julho de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1966, DE 03 DE JULHO DE 2023.

“Autoriza a abertura de crédito especial por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício 2022 na forma que especifica e dá outras providências.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 130.500,00 (cento e trinta mil e quinhentos reais), visando à criação de dotações orçamentárias conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	04 - Fundo Municipal de Saúde		
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde		
Subunidade	05 - Bloco da Vigilância		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	304 - Vigilância Sanitária		
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos		
Projeto/Atividade	2.325 - Promover a Vigilância Sanitária		
Elemento	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	Fonte de Recursos: 2621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Valor: R\$ 22.500,00
Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	04 - Fundo Municipal de Saúde		
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde		
Subunidade	05 - Bloco da Vigilância		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	304 - Vigilância Sanitária		
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos		
Projeto/Atividade	2.325 - Promover a Vigilância Sanitária		
Elemento	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas e Pessoal Civil	Fonte de Recursos: 2621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Valor: R\$ 108.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizada como fonte de recurso o *superávit* financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, observada a respectiva destinação de recursos conforme especificado abaixo:

I - Fonte de Recursos: 2621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
II - Total Geral: R\$ 130.500,00 (cento e trinta mil e quinhentos reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 03 de julho de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2652, DE 05 DE JULHO DE 2023.

“Delega competência à Secretária Municipal de Fazenda, na forma que especifica.”

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 70, VI, e art. 71 da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento e em acordos de cooperação;

CONSIDERANDO o Ofício nº 135/2023 da Secretaria Municipal de Educação, em que foi solicitada a celebração de parceria com a Fundação Mário Palmério - Unifucamp, nos termos do art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014, e Lei Municipal nº 1828/2022;

CONSIDERANDO que o art. 2º, V, da Lei Federal nº 13.019/2014 dispõe que administrador público é o “agente público revestido de competência para assinar termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com organização da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ainda que delegue essa competência a terceiros”;

CONSIDERANDO que o art. 71 da Lei Orgânica Municipal prevê que “o Prefeito poderá delegar, por decreto, a seus auxiliares, as funções administrativas que sejam de sua competência exclusiva”;

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada competência à Secretária Municipal de Fazenda, Ana Paula Pereira, matrícula 438636, para deflagrar processo de inexigibilidade de chamamento público destinado à formalização de termo de fomento com a Fundação Carmelitana Mário Palmério – UNIFUCAMP, instituição de caráter técnico-científico e educativo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 02.345.421/0001-80, para implementação do Programa Municipal Bolsa Universitária mediante a transferência de recursos financeiros.

§ 1º Para fins do disposto no *caput*, a atuação limitar-se-á à:

I - abertura e autuação do processo com fundamento no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014 e Lei Municipal nº 1828/2022;

II - justificativa da inexigibilidade e respectiva publicação;

III - assinatura do Termo de Fomento e publicação do extrato correspondente;

IV - expedição de atos ordinatórios de encaminhamento e expediente, necessários à condução e conclusão do procedimento.

§ 2º A competência a que se refere este Decreto terá sua duração limitada ao encerramento da parceria.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 05 de julho de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS

**PORTARIA Nº 13.016, DE 05 DE JULHO DE 2023.**

“Designa a gestora e a comissão de monitoramento e avaliação da parceria com a Fundação Carmelitana Mário Palmério - UNIFUCAMP, na forma que especifica.”

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1828, de 14 de julho de 2022, “autoriza o Município de Monte Carmelo a celebrar termo de fomento com a UNIFUCAMP para implementação do Programa Municipal Bolsa Universitária”;

CONSIDERANDO que o art. 35 da Lei nº 13.019/2014 dispõe que a celebração e a formalização de termo de fomento dependem, dentre

outras providências, da designação do gestor e da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;

CONSIDERANDO que o gestor é o “agente público responsável pela gestão de parceria celebrada por meio de termo de colaboração ou termo de fomento, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização” (art. 2º, VI, da Lei Federal nº 13.019/2014);

CONSIDERANDO que a comissão de monitoramento e avaliação é o “órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante termo de colaboração ou termo de fomento, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública” (art. 2º, XI, da Lei Federal nº 13.019/2014);

RESOLVE:

Art. 1º Fica a Secretária Municipal de Educação, Simone Souza Resende Mundim, designada como gestora da parceria entre o Município de Monte Carmelo e a Fundação Carmelitana Mário Palmério – UNIFUCAMP, instituição de caráter técnico-científico e educativo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 02.345.421/0001-80, incumbindo-lhe o exercício dos poderes de controle e fiscalização da parceria destinada à implementação do Programa Municipal Bolsa Universitária mediante a transferência de recursos financeiros.

Art. 2º Para o monitoramento e a avaliação da parceria a que se refere o art. 1º, ficam designados os seguintes membros para comporem a comissão:

I - Elane Maria Lana de Oliveira;

II - Cimeide Maria de Oliveira Portilho;

III - Sheila Alves Campos Salgado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 05 de julho de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS

**RESOLUÇÃO CMDCA Nº 07/2023.**

“DISPÕE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO DOS PROJETOS DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL DO CHAMAMENTO PÚBLICO DA UTILIZAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA E REVOGA A RESOLUÇÃO Nº09/2022 DE MONTE CARMELO-MG”

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Monte Carmelo/MG (CMDCA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), conforme reunião deliberativa extraordinária do dia 03 de novembro de 2022,

CONSIDERANDO a Lei Municipal 1477/2018, de 12 de setembro de 2019, que estabelece novos parâmetros relativos Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Federal 8.069/90, Estatuto Da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Resolução nº105, de 15 de junho de 2005, do CONANDA que dispõe sobre os Parâmetros para criação e funcionamento dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução nº137, de 21 de janeiro de 2010, do CONANDA que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e Adolescentes e dá outras providências;

CONSIDERANDO as Resoluções nº 40/2017 e 41/2017 do CMDCA de Monte Carmelo;

CONSIDERANDO a reunião ordinária do CMDCA de 22 de maio de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a nova Comissão Especial de Seleção dos projetos das entidades da Sociedade Civil de Chamamento Público do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, a comissão será composta por: Claudia Regina Pereira Lourenço, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB de Monte Carmelo e Patricia Pereira, representante do Instituto João Bittar, como Sociedade Civil; Ana Paula Gama Fonseca e Mariana Mendes Borges, como representantes governamentais;

Art. 2º - Fica revogada a Resolução nº 09, de 09 de dezembro de 2022.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 03 de julho de 2023.

LUCAS SILVA DOS SANTOS
Presidente Do Conselho Municipal Dos Direitos
Da Criança E Do Adolescente (Gestão 2022-2024)



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 08/2023.

Dispõe sobre Retificação da Resolução Editalícia nº 001 de 31 de março de 2023 do Processo de Escolha Unificado dos Membros do Conselho Tutelar do Município de Monte Carmelo-MG, referente ao mandato de 2024/2028.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Monte Carmelo-MG, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), considerando o disposto na Resolução nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), na Lei Municipal nº 1937/2023 e, em adequação à Resolução nº 1.243/2023 do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, que dispõe sobre o empréstimo de urnas eletrônicas para as eleições unificadas dos membros dos Conselhos Tutelares no Estado de Minas Gerais.

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o item **10.1 d)** da Resolução Editalícia nº 001 de 31 de março de 2023 do Processo de Escolha Unificado dos Membros do Conselho Tutelar do Município de Monte Carmelo-MG, que passa a vigorar com a seguinte redação:

10.1 d) Informes gerais sobre a utilização das urnas eletrônicas;

Art. 2º Retificar o item **10.1 f)** da Resolução editalícia nº 001 de 31 de março de 2023 do Processo de Escolha Unificado dos Membros do Conselho Tutelar do Município de Monte Carmelo-MG, que passa a vigorar com a seguinte redação:

10.1 f) Informação do número de cada candidato; que terá 3 (três) dígitos (101 a 799), distribuído em ordem alfabética, pelo qual se identificarão como candidatos;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 04 de julho de 2023.

LUCAS SILVA DOS SANTOS
Presidente Do Conselho Municipal Dos Direitos Da
Criança E Do Adolescente (Gestão 2022-2024)



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG.
EXTRATO DE TERMO ADITIVO. T.P 02/2022. 3º T.A ao Contrato: 51/2022: Contratada: Falk Construtora Ltda, CNPJ: 01.901.632/0001-99. **Objeto:** Refere-se à Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Engenharia, para a Execução de Obra de Terraplanagem e Pavimentação Asfáltica (Trecho 02 / CICLOVIA), a

Serem Pagos com Recurso Próprio do Município, Atendendo à Solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais de Monte Carmelo-MG. **Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente Termo Aditivo o acréscimo de 24,99387% no Contrato nº 51/2022, devido alteração de quantidades e valor dos itens da planilha referente ao Contrato, conforme memória de cálculo apresentada, o valor do acréscimo é de R\$ 85.404,00. **CONTRATANTE:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. Data: 12/06/2023. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda.



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO, EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 46/2019, PROCESSO 57/2019, PREGÃO 43/2019. Contratante: Município de Monte Carmelo-MG. **Contratada:** Elevadores Villarta Ltda, CNPJ: 54.222.401/0001-15. **Objeto:** Refere-se à Registro de Preços para Futura e eventual Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Conservação e Manutenção Preventiva e Corretiva em elevador, com Resgate de Passageiros, para atender as necessidades dos diversos setores da Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Monte Carmelo/MG. **Cláusula:** Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo do Contrato 46/2019 de 25/06/2023 até 25/06/2024. Monte Carmelo, 22 de junho de 2023. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal da Fazenda.



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. Extrato do Primeiro Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços 25/2023, Pregão SRP Nº 15/2023, Processo nº 30/2023. Celebram o Município de Monte Carmelo-MG e a Empresa Prisma Infomoveis e Equipamentos Ltda - EPP, CNPJ: 04.557.755/0001-42. **Objeto:** Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Papel A4, para atender diversas Secretarias e Setores da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG. Licitação Regionalizada, com cota de item Reservada para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas, neste ato representada pela Secretária Municipal de Fazenda, com fundamento no Art. 65, § 8º da Lei Federal nº 8666/93, determina o apostilamento da Ata de Registro de Preços nº 24/2023, concedendo o reequilíbrio na Ata de Registro de Preços: Item 01: Papel A4. Valor com reajuste: R\$ 28,74. Item 02: Papel A4. Valor com reajuste: R\$ 28,74. 15/06/2023. Ana Paula Pereira- Secretária Municipal de Fazenda.



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. AVISO DE HABILITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 46/2023, FORMA: PRESENCIAL– PROCESSO Nº 77/2023. Objeto: Refere-se a Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Locação de Máquinas e Caminhões para Atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais de Monte Carmelo – MG. O Pregoeiro torna público o Resultado da Habilitação do Processo nº 77/2023, modalidade Pregão SRP nº 46/2023 – Tipo: menor preço. Critério de Julgamento: por lote. **Empresa Habilitada:** LMO Locações de Equipamentos e Serviços Ltda. Data: 23/06/2023. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro. **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 46/2023, FORMA: PRESENCIAL– PROCESSO Nº 77/2023.** A Secretária Municipal da Fazenda torna pública a Homologação do Processo nº. 77/2023, modalidade Pregão SRP nº 46/2023 – Tipo: menor preço. Critério de Julgamento: por lote, em favor da Empresa: LMO Locações de Equipamentos e Serviços Ltda. Data: 29/06/2023. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda. **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PREGÃO SRP Nº 46/2023, FORMA: PRESENCIAL, PROCESSO Nº 77/2023. Órgão Gerenciador:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Vigência:** 12 (Doze) meses. **Empresa:** LMO Locações de Equipamentos e Serviços Ltda, CNPJ: 17.831.425/0001-45. Ata RP nº 140/2023. Valor Global: R\$ 6.499.936,80. **Data:** 29/06/2023. Ana Paula Pereira - Secretária Municipal da Fazenda.

EXPEDIENTE

**DIÁRIO OFICIAL
DO MUNICÍPIO**

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: JEANNE CRISTINA COSTA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 1391

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br